

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 23 a 27 de setembro, em Brasília.

ONU, CONGRESSO E DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS.

Pressionado pela questão ambiental, Bolsonaro discursará na ONU. O presidente já deixou claro que o ponto principal do seu pronunciamento será mesmo a defesa das ações do governo na Amazônia e da soberania brasileira. O objetivo é desmistificar a ideia de que houve um desmonte do sistema ambiental, uma flexibilização da legislação ou da fiscalização, e que o Brasil não se importa com meio ambiente. Contudo, o impacto na recuperação da imagem internacional do Brasil deve ser limitado devido a não realização de agendas bilaterais, em razão da saúde ainda frágil do presidente. O discurso de Bolsonaro também deve abordar medidas tomadas pelo governo na economia e em temas como combate à corrupção e segurança pública.

Enquanto isso, sua relação com o Congresso Nacional segue como ponto de atenção. A preocupação principal está no Senado Federal, que tem em suas mãos a decisão sobre Reforma da Previdência e sobre as indicações de Augusto Aras (PGR) e Eduardo Bolsonaro (embaixada do EUA). O sinal de alerta foi acionado nas últimas semanas após os vetos do presidente ao projeto

de abuso de autoridade e a realização de buscas e apreensões da Polícia Federal em endereços ligados ao senador Fernando Bezerra (MDB-PE), líder do Governo do Senado Federal.

Nesse contexto, circulam informações de que o governo estaria disposto a ceder mais espaço para os partidos, evitando as desgastantes negociações votação a votação.

Em princípio, a negociação com o Congresso deve envolver cargos do governo federal nos Estados, que abarcam cerca de 15 mil postos comissionados de confiança. Segue vivo ainda o debate no Palácio do Planalto sobre a possibilidade de mudanças na Esplanada para troca de ministros desgastados ou com desempenho insatisfatório, que poderá contar com a participação dos partidos apoiadores.

No plano administrativo, a boa notícia ficou para a arrecadação acima do esperado. Como efeito, foram injetados R\$ 8 bilhões nos orçamentos dos ministérios, além do pagamento de dívidas no montante de outros R\$ 4 bilhões. A estimativa, agora otimista, da equipe econômica é que sejam liberados mais R\$ 8 bilhões em outubro.

Destaques da Semana

Semana

Quarta

- O presidente Jair Bolsonaro lidera comitiva que participa da [Assembleia Geral da ONU](#).
- Os senadores devem iniciar a [apreciação da PEC 6/2019](#) (*Reforma da Previdência*) no Plenário.
- [Sabatina de Augusto Aras](#) será sabatinado pela CCJ, indicado para o cargo de procurador-geral da República.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do Presidente – Jair Bolsonaro viajou nesta segunda (23) para Nova York (EUA), onde promoverá o tradicional discurso de abertura da Assembleia geral da ONU nesta terça (24). Devido ao quadro de saúde do presidente, não estão previstas reuniões bilaterais, havendo apenas a possibilidade de um jantar com o presidente americano Donald Trump nesta segunda e uma reunião com o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres. A expectativa é que Bolsonaro embarque de volta para o Brasil ainda na terça.

Fazem parte da comitiva presidencial a primeira-dama Michelle Bolsonaro; os presidentes das Comissões de Relações Exteriores da Câmara e do Senado, deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e senador Nelsinho Trad (PSD-MS); os ministros Ernesto Araújo (Relações Exteriores), general Augusto Heleno (Segurança Institucional), Ricardo Salles (Meio Ambiente), Bento Albuquerque (Minas e Energia) e Luiz Henrique Mandetta (Saúde); além do assessor para assuntos internacionais da Presidência, Filipe Martins, o porta-voz Otávio Rêgo Barros e o chefe da Secretaria de Comunicação do Planalto, Fabio Wajngarten.

Casa Civil

Agenda do ministro – Onyx Lorenzoni se reuniu com os presidentes da Câmara e do Senado, deputado Rodrigo Maia (DEM/DEM) e senador Davi Alcolumbre (DEM/AP).

MCTIC

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Agenda do Ministro – Marcos Pontes encontra-se em São Paulo/SP, onde realizou despachos internos.

ME

Ministério da Economia

Agenda do ministro – Paulo Guedes promoveu reunião geral de secretários do Ministério.

Agenda Internacional

- ✓ Genebra (Suíça) – Negociações sobre Comércio Eletrônico na Organização Mundial do Comércio - OMC.

Balança Comercial – Na terceira semana de setembro de 2019, a balança comercial registrou superávit de US\$ 968 milhões, com o volume de exportações de US\$ 4,422 bilhões e importações de US\$ 3,454 bilhões. No mês, as exportações somam US\$ 14,097 bilhões e as importações, US\$ 12,101 bilhões, com saldo positivo de US\$ 1,996 bilhão. No ano, as exportações totalizam US\$ 162,736 bilhões e as importações, US\$ 129,197 bilhões, com saldo positivo de US\$ 33,540 bilhões.

BACEN
Banco Central do Brasil

Boletim Focus – Instituições financeiras reduziram, pela sétima vez seguida, a estimativa para a inflação neste ano, sendo a previsão para a inflação, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), passou de 3,45% para 3,44%, em 2019. Para 2020, foi mantida em 3,80%. Para o mercado financeiro, a Selic deve terminar 2019 em 5% ao ano. A previsão para a expansão do PIB foi mantida em 0,87% em 2019. A previsão para a cotação do dólar ao fim deste ano subiu de R\$ 3,90 para R\$ 3,95 e, para 2020, foi mantida em R\$ 3,90.

Poder Legislativo

Congresso Nacional	
Plenário	Na terça (24), está agendada reunião conjunta do Congresso Nacional. Dentre os itens pautados, está o PLN 5/19 (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020) e diversos vetos presidenciais.
Comissões Mistas	Também amanhã (24), está prevista a instalação das Comissões Mistas da MPV 890/19 (<i>Programa Médicos pelo Brasil</i>); e MPV 893/19 (<i>Transforma o COAF na Unidade de Inteligência Financeira</i>).
Frentes Parlamentares	Na quarta (25), haverá o lançamento da Frente Parlamentar Mista do Caminhoneiro Autônomo e Celetista, por iniciativa do deputado Nereu Crispim. Já na quinta-feira (26), será o lançamento da Frente Parlamentar do Sistema de Defesa Civil Nacional.
Câmara dos Deputados	
Plenário	A pauta do Plenário encontra-se trancada pela MPV 884/19 (<i>Retira prazo para inscrição de propriedades no CAR</i>) e MPV 866/19 (<i>Empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.</i>). Outro destaque é deliberação do PL 3723/19 (<i>Altera o Sistema Nacional de Armas</i>).
	Hoje (23), ocorreu a sessão solene em homenagem ao Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência.
Senado Federal	
Plenário	Os senadores devem apreciar a PEC 6/2019 (<i>Reforma da Previdência</i>), em primeiro turno. Outros itens passíveis de deliberação são a PEC 19/2019 (<i>Inclui a mobilidade e a acessibilidade entre os direitos e garantias fundamentais</i>), também em primeiro turno, e a PEC 47/2012 (<i>Permite que aos estados e Distrito Federal legislar privativamente sobre assuntos como trânsito, transporte, licitação e contratação</i>).

Temáticas em Pauta nas Comissões

ECONOMIA		Câmara CESP Terça (24)
Devedor Contumaz	Audiência Pública – debater a cobrança da dívida ativa da União . Foram convidados, entre outros, a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Regina Helena Costa ; o ministro da Advocacia-Geral da União (AGU) André Luiz de Almeida Mendonça ; e o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Felipe Santa Cruz .	
		Câmara CESP Quarta (25)
Moedas Virtuais	Audiência Pública com o CEO da Foxbit, João Canhada ; o CEO do Mercado Bitcoin, Marcos Alves ; e o sócio fundador da Brazilex, Marcelo Rozgrin ; entre outros convidados. Logo após a audiência, haverá eleição do 2º e do 3º vice-presidentes e votação de requerimentos.	

<p>Entidades sem fins lucrativos</p>	<p>Câmara CESP Quarta (25)</p> <p>Audiência Pública – discutir isenções para entidades sem fins lucrativos. Foram convidados representantes da Casa Civil e da Receita Federal.</p>
<p>POLÍTICA</p> <p>Procuradoria-Geral da República</p>	<p>Senado CJJ Quarta (25)</p> <p>Reunião Extraordinária – apreciação de Augusto de Aras para exercer o cargo de Procurador-Geral da República.</p>
<p>TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</p> <p>Serviços de Internet e Cobranças indevidas</p> <p>Instituições de C&T</p> <p>Defesa Cibernética</p>	<p>Câmara CDC Terça (24)</p> <p>Audiência Pública– debater a qualidade dos serviços de internet e cobranças indevidas em telefonia. Foram convidados, entre outros, o advogado do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), Diogo Moyses Rodrigues; e representantes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça.</p> <p>Câmara CCTCI Quinta (26)</p> <p>Audiência pública – discutir a situação das instituições de ciência e tecnologia e o desenvolvimento regional sustentável. Foram convidados, entre outros, o presidente da Frente Parlamentar de Ciências, Tecnologia e Inovação da Assembleia Legislativa da Paraíba, deputado Buba Germano; e o diretor-geral da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), Nelson Simões. Evento interativo pelo e-Democracia.</p> <p>Senado CRE Quinta (26)</p> <p>Audiência pública – debater o Programa Nacional de Defesa Cibernética. A audiência pública foi pedida pelo Nelsinho Trad (PSD-MS), que destaca a importância do aprimoramento desse setor para fomentar a pesquisa científica, desenvolver sistemas computacionais de defesa e tecnologias que permitam o planejamento e a execução da defesa cibernética.</p>
<p>TRABALHISTA</p> <p>eSocial</p>	<p>Câmara CDEICS Quinta (26)</p> <p>Audiência pública – discutir as mudanças e simplificações previstas no sistema eSocial. Foram convidados, entre outros, o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Simonetti Marinho; o secretário especial adjunto da Receita Federal, Marcelo de Sousa Silva; e o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Paulo Antônio Spencer Uebel.</p>
<p>TRANSPORTE</p> <p>Transporte remunerado privado individual</p>	<p>Câmara CVT Quarta (25)</p> <p>Audiência pública – para discussão do Projeto de Lei 448/19, que regulamenta um limite máximo de comissão cobrada pelas empresas de transporte remunerado privado individual. Foram convidados, entre outros, a gerente de Políticas Públicas da empresa Uber no Brasil, Mariana Polidório; o presidente da Associação Família Ponta a Ponta no Estado do Rio de Janeiro, Leandro Silva Xavier; e o presidente da Associação dos Motoristas Prestadores de Serviços de Transporte Individual Público e Privado de Passageiros por Aplicativos Baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede no Distrito Federal (Amstip-DF), Bismarck Konrad Hegermann.</p>

Política

Augusto Aras será sabatinado pela CCJ na quarta-feira (25). A sabatina de Antônio Augusto Brandão de Aras, indicado para o cargo de procurador-geral da República, está marcada para quarta-feira (25), às 9h, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Caso a indicação do sub-procurador ([Mensagem 53/2019](#)) seja aprovada, seguirá para análise em Plenário. A gestão do procurador-geral tem duração de dois anos, sendo permitida a recondução. Fonte: Agência Senado.

Governo libera quase R\$ 800 milhões em emendas parlamentares. O Ministério da Economia anunciou na sexta-feira (20) o desbloqueio de R\$ 799,66 milhões em emendas parlamentares impositivas. Os recursos haviam sido alvo de contingenciamento no início do ano. Agora, serão liberados R\$ 533,11 milhões para emendas individuais e R\$ 266,55 para emendas de bancada estadual. Fonte: Agência Câmara.

Camex divulga instrumentos de governança para investimentos estrangeiros. A Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (SE-Camex) do Ministério da Economia, em parceria com o Banco Mundial, vai divulgar os mecanismos de governança para investimentos estrangeiros no Brasil em apresentações nas cidades de Florianópolis, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e Fortaleza. Os eventos vão ocorrer entre os dias 30 de setembro e 9 de outubro. Com o tema “Governança para Investimentos Estrangeiros: O que muda com o novo governo?”, as apresentações vão ressaltar o Ombudsman de Investimentos Diretos (OID) e o Ponto de Contato Nacional (PCN) para as Diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para Empresas Multinacionais. Fonte: ASCOM – ME.

Aras afirma a senadores que MP cometeu muitos excessos e defende unidade de atuação, diz fonte. Indicado pelo presidente Jair Bolsonaro para chefiar o Ministério Público Federal, o subprocurador-geral da República Augusto Aras afirmou que “muitos excessos” são cometidos pela instituição e defendeu que órgãos superiores do MP atuem de forma a manter a unidade de atuação para evitar eventuais abusos, segundo relato feito à Reuters de uma conversa recente dele com senadores. Fonte: Reuters

Após veto de Bolsonaro, Guedes volta a defender imposto sobre pagamentos. O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a defender a ideia do imposto sobre pagamentos (que é comparado à antiga CPMF). Ele afirma que o tributo é “feio”, mas serviria para baixar outras alíquotas e não seria “cruel” como os encargos trabalhistas. A defesa é feita menos de duas semanas após a demissão do então secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, que defendia publicamente a criação do imposto sobre pagamentos como forma de substituir ou ao menos reduzir outros impostos, principalmente sobre a folha de salários das empresas. Fonte: Folha de S. Paulo

Último Foco

Lei da Liberdade Econômica é sancionada e e-Social é extinto. O presidente Jair Bolsonaro sancionou na sexta-feira (20), em cerimônia no Palácio do Planalto, a Medida Provisória (MP) da Liberdade Econômica, agora convertida em lei. A MP havia sido apresentada pelo governo para diminuir a burocracia e facilitar a abertura de empresas, principalmente de micro e pequeno porte, e já havia sido aprovada pelo Senado Federal no último dia 21 de agosto. Entre as principais mudanças, a lei flexibiliza regras trabalhistas, como dispensa de registro de ponto para empresas com até 20 empregados, e elimina alvarás para atividades consideradas de baixo risco. O texto também separa o patrimônio dos sócios de empresas das dívidas de uma pessoa jurídica e proíbe que bens de empresas de um mesmo grupo sejam usados para quitar débitos de uma empresa. Fonte: Convergência Digital.

Regulamento de Obrigações de Universalização vai à consulta com metas de 4G. O Conselho Diretor da Anatel aprovou na reunião de quinta-feira (19), a proposta de consulta pública para a revisão do Regulamento de Obrigações de Universalização (ROU). As mudanças têm o objetivo de adequá-lo ao Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU) IV, que foi aprovado em dezembro do ano passado. A proposta estabelece metas de acesso coletivo para áreas rurais, oferta por *backhaul* e acesso sem fio para prestação do serviço de telefonia fixa (no qual se mantém as metas de cobertura de 4G, apesar dos questionamentos da agência). Fonte: TeleTime.

Final de setembro será decisivo para revisão da Lei da Informática. A medida provisória (MP) trabalhada pelo governo federal para revisão dos incentivos fiscais da Lei da Informática precisa ser apresentada ainda em setembro “de qualquer jeito” para que as novas regras estejam em vigor em 1º de janeiro de 2020. A data é o prazo final estipulado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) após condenação do benefício fiscal via IPI no ano passado. Fonte: TeleTime.

Planejamento estratégico do MCTIC vai alinhar indicadores para Estratégia 2020-2030. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) começou na sexta-feira (20) a segunda etapa da produção do Planejamento Estratégico 2020-2030. A ideia nesta fase do trabalho é que as secretarias da pasta construam os indicadores que serão usados para acompanhar cada objetivo previsto na estratégia. De acordo com o diretor de Planejamento Estratégico da Secretaria de Planejamento, Cooperação, Projetos e Controle (SEPLAN), Carlos Pinho, os dados são importantes para mostrar a evolução das políticas do ministério e como instrumento de transparência para a sociedade.. Fonte: ASCOM – MCTIC.

Deputados querem mudar Lei de Informática para atender OMC. Deputados da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento da Indústria Elétrica e Eletrônica apresentaram uma proposta ([4.805/2019](#)) para alterar a Lei de Informática, que concede incentivos fiscais para empresas do setor de tecnologia nas áreas de componentes eletrônicos e automação. O principal objetivo é adequar a legislação em relação às regras de tributação. Atualmente, a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é de 15% sobre dispositivos eletrônicos e de software, tanto para itens produzidos no Brasil quanto no exterior. Segundo a Lei de Informática, a cobrança do tributo federal para componentes que são produzidos pela indústria nacional cai para 3% no caso de as empresas investirem 4% do faturamento bruto em pesquisa e desenvolvimento. Fonte: TI Inside.

Decreto aprimora regras do pregão eletrônico. Órgãos, entidades e fornecedores participantes das compras públicas do governo federal terão, a partir de 28 de outubro, novas regras para a realização de pregões na forma eletrônica. O [Decreto 10.024 de 2019](#), publicado na segunda-feira (23/9), no Diário Oficial da União, aprimora regras sobre disputa e envio de lances e prevê a obrigatoriedade do uso do pregão eletrônico a estados e municípios que recebam recursos por meio das transferências voluntárias da União. Fonte: ASCOM – ME.

Governo revê contratos de TI, faz cortes acima de 30% e adota catálogo unificado. Pressionado pelo TCU, o governo federal vai impor uma forte renegociação de contratos de tecnologia da informação, com foco especial nos grandes fornecedores, a começar pelo maior deles, a Microsoft. Segundo a secretaria de governo digital do Ministério da Economia, a ideia é padronizar os contratos nas duas centenas de órgãos da administração federal usando como referência catálogos unificados com preços pelo menos 30% mais baixos. Fonte: Convergência Digital.

Big data e inteligência artificial vão aumentar eficiência de apps de mobilidade urbana. Tecnologias como inteligência artificial, *cloud*, *big data*, *IoT*, realidade aumentada e *machine learning* estão criando novas formas de se relacionar com a mobilidade. De acordo com a Indra, empresa global de consultoria e tecnologia, o futuro deve trazer a oportunidade de passageiros contarem com informações personalizadas a respeito dos meios de transporte que mais utilizam – sejam eles públicos ou particulares. Na prática, a partir de um único aplicativo o usuário poderá configurar seu perfil, escolher seus diferentes meios de transporte, acessar cada um deles e pagar ao final do mês conforme sua utilização. "A tecnologia é a base sobre a qual se estabelece a mobilidade inteligente e sustentável do século XXI", afirma Berta Barrero, diretora de Transportes da Indra. Fonte: TI Inside.

Cade lança relatório sobre economia digital em reunião do BRICS. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) lançou o relatório [BRICS in the Digital Economy: Competition Policy in Practice](#), durante a VI Conferência sobre Concorrência do BRICS (*VI BRICS Competition Conference*), realizada em Moscou, na Rússia. O relatório fornece uma visão geral da política de concorrência e *enforcement* nos países do BRICS no âmbito dos mercados digitais, abordando diferentes experiências na aplicação das normas antitruste para explorar desafios comuns e possíveis insights para cada uma das autoridades. Espera-se que o material constitua uma base sólida para os integrantes do bloco fortalecerem ainda mais a cooperação. Fonte: TI Inside.

Comissão aprova obrigação de bancos armazenarem imagens das câmeras de segurança. A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou o Projeto de Lei 8274/17, que obriga os bancos a possuírem circuito fechado de televisão que armazene imagens por, no mínimo, 60 dias. O texto foi alterado pelo relator, deputado Vinicius Carvalho (Republicanos-SP), que retirou a exigência de que a Polícia Federal determine os parâmetros mínimos do circuito fechado de televisão. Fonte: Agência Câmara.

Acesso à Internet desacelera no mundo e ONU recomenda nova abordagem. O acesso à Internet não está acontecendo tão rápido quanto a ONU gostaria. Cerca de metade da população mundial continua desconectada. De 2018 para 2019 subiu de 53,1% para 54,8% a proporção de residências com acesso à Internet. Em países de baixa renda, a melhora foi de apenas 0,8 ponto percentual. Esse crescimento anual está desacelerando, de acordo com o recém-publicado relatório "*The State of Broadband 2019*", elaborado pela comissão de banda larga para o desenvolvimento sustentável da UIT e da Unesco. O fundador da America Móvil, Carlos Slim, atua como *co-chairman* na comissão. Também está desacelerando o crescimento da proporção de indivíduos com acesso à Internet, principalmente

em países em desenvolvimento, que concentram a maior parte do desconectados. Atualmente, do total de 7,6 bilhões de habitantes do planeta, 3,9 bilhões acessam a Internet e 3,7 bilhões seguem desconectados. Fonte: TeleTime.

Presidente da Abinee diz que confiança do setor será retomada só depois de aprovada a nova lei para as TICs. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) do Setor Eletroeletrônico atingiu 56,7 pontos em setembro de 2019, de acordo com dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), agregados pela Abinee. O resultado representa uma redução de 0,7 ponto em relação ao mês de agosto. Esta retração interrompe a trajetória de crescimento observada nos últimos três meses. A queda do ICEI do setor resultou da retração tanto da área elétrica, quanto da eletrônica. No primeiro caso, o índice caiu 0,9 ponto, registrando 57,9 pontos e na área eletrônica, o recuo foi de 0,6 ponto, situando-se em 55,3 pontos em setembro. Fonte: TI Inside.

Senador propõe princípios para Inteligência Artificial e diretrizes no uso público. Na segunda-feira (16), o senador Styvenson Valetim (PODEMOS-RN) apresentou o [PL 5.051/2019](#), que propõe princípios para o uso da Inteligência Artificial (IA) no Brasil e diretrizes para o seu uso no setor público. O projeto já foi encaminhado para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e aguarda a escolha de relator. Fonte: TeleTime.

Crédito para pequenas empresas alcança maior patamar em dois anos. O saldo de crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) somou R\$ 538,7 bilhões em julho, o maior patamar em dois anos. Apesar do crescente foco no segmento, o maior risco e a lenta recuperação ainda limitam o recuo de juros na ponta. A carteira representa um aumento de 9,1% em relação ao mesmo mês do ano passado (R\$ 493,8 bilhões) e é o maior valor registrado desde julho de 2017, quando totalizava R\$ 541,8 bilhões. O saldo para as grandes companhias, por sua vez, apontou uma queda de 7,2% em julho deste ano contra igual período de 2018, de R\$ 928,8 bilhões para R\$ 862,3 bilhões. Fonte: DCI

AGU define que radiodifusão não deve contribuir para o Fust. O ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), André Luiz de Almeida Mendonça, anunciou na quinta-feira (19), decisão do órgão em que define a não incidência da contribuição do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) no serviço de radiodifusão. De acordo com o texto, "a contribuição alcança apenas a receita operacional diretamente da prestação de serviços de telecomunicações nos regimes público e privado, dentre os quais não se inserem os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens". Ou seja, telecomunicação deve recolher o Fust, mas a radiodifusão, não. Fonte: TeleTime.

Brasil deve manter Huawei em leilão do 5G apesar de polêmica. Um dos principais eventos econômicos previstos para 2020, o leilão do 5G no Brasil já é palco de disputa tecnológica entre Estados Unidos e China. Sob alegação de espionagem, roubo de dados e risco real de ataques a estruturas críticas por meio dos equipamentos chineses, o presidente Donald Trump tem feito pessoalmente lobby para que a chinesa Huawei seja excluída das principais disputas pelo 5G no mundo. Mas apesar dessa pressão, não deve haver nenhum tipo de barreira ao uso de equipamentos da gigante chinesa pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), órgão regulador do setor, apurou o Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado. Fonte: Infomoney

Para o Gartner, futuro do desenvolvimento de aplicações é a oferta de soluções de multiexperiências. O Gartner prevê que os aplicativos móveis serão a principal fonte de impacto no sucesso dos negócios em 2020. Segundo pesquisas, isso acontecerá à medida que os aplicativos consigam estabelecer novos pontos de contato com os usuários, agregando maior frequência e novas modalidades de interações entre as organizações e seus públicos. Nesse cenário, os analistas do Gartner avaliam que o futuro do desenvolvimento de aplicativos deverá ser cada vez mais focado em multiexperiências. Fonte: TI Inside.